

## Canal Energia – 03/01/2011

### **Acende Brasil: consumidor paga em 2011 cerca de R\$ 64 bilhões em impostos**

<http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Consumidor.asp?id=87104>

Maior fatia é abocanhada por impostos estaduais, que atingem R\$ 29,5 bilhões

O setor elétrico pagou, em 2011, cerca de R\$ 64 bilhões em impostos e encargos, segundo o "impostômetro" do **Instituto Acende Brasil**, que calcula o montante pago pelos consumidores de energia elétrica desde o começo do ano. A maior fatia, aproximadamente R\$ 29,5 bilhões, é abocanhada por impostos estaduais, enquanto que os federais respondem por R\$ 21,9 bilhões. Os encargos setoriais chegam a R\$ 12,4 bilhões.

De acordo com o **Instituto Acende Brasil**, esse montante mostra que a cobrança de impostos e encargos pagos na conta de luz aumenta a um ritmo de R\$ 7,3 milhões por hora, R\$ 121 mil por minuto ou a R\$ 2.017 por segundo. O presidente da entidade, **Claudio Sales**, afirmou que estes números extrapolam a soma verificada de impostos e encargos pesquisados na quarta edição do estudo "Tributos e Encargos no Setor Elétrico Brasileiro", feito em parceria com a PriceWaterHouse Coopers. O estudo, com dados referentes a 2008, mostra que a carga tributária do setor chega a 45,08% do total da conta de luz. Naquele mesmo ano, a carga tributária imposta aos consumidores de energia elétrica chegou a R\$ 46,2 bilhões.

O estudo traz um panorama da evolução da carga tributária entre 1999 e 2008. Em 99, a carga tributária era de R\$ 13 bilhões e quase uma década depois, essa carga já atingia o montante de R\$ 46,2 bilhões. Hoje o país conta com 20 tributos federais, estaduais e municipais, além de encargos trabalhistas, sociais e setoriais. Entre os mais criticados por **Claudio Sales** está a prorrogação da RGR - ampliado por mais 25 anos. O prazo original era de que esse encargo se extinguisse ao fim de 2010.

"Neste ano que passou, nós temos o dissabor de ver renovada a RGR. Encargo que, pela lei, deveria ter tida a sua cobrança extinta em 31 de dezembro de 2010. A nosso ver, totalmente sem sentido. Pela sua própria natureza, congressos e governos de quaisquer países têm a tendência natural de querer aumentar tributos e encargos. Se a sociedade pressionar em outra direção, eles podem mudar", comentou.

Apesar da alta carga, **Sales** vê o ano de 2012 com um certo otimismo. De acordo com o presidente do Acende Brasil, já existe uma consciência da sociedade de que o nível elevado de impostos e encargos causa prejuízos ao próprio país. Ele diz que este é o momento certo para que surjam iniciativas de modo a pressionar por uma redução dos impostos cobrados. O executivo deu como exemplo desse otimismo manifestações do governo federal ao reconhecer que o ICMS cobrado é alto. Dados do estudo do **Instituto Acende Brasil** mostram que a média do ICMS cobrado é de 21%, mas em estados como Rio de Janeiro e Minas Gerais, o peso desse imposto na conta de luz é de 30%.

**Sales** aponta algumas melhorias que poderiam ser tomadas para que o peso dos impostos e encargos não fosse tão grande. Uma delas é a cobrança do PIS/Cofins, outro imposto de grande peso. **Sales** defende o retorno do critério da cobrança antes da mudança na legislação, ocorrida há quatro anos, que era de forma cumulativa e com uma alíquota de 3,65%. Hoje, a alíquota é de 9,25% e não cumulativa. "No setor de energia elétrica, para o consumidor, essa mudança foi absolutamente negativa. Ela implicou um aumento na tarifa de aproximadamente 2% na conta de luz, o que é muito", completou.